

Diálogo possível e necessário

Direitos Humanos

1 MAR 1996

João Claudio Todorov
Antonio Augusto Cançado Trindade

CORREIO BRAZILIENSE

Os direitos humanos, mais do que um grande movimento ou doutrina, constituem uma forma de vida. Como tal, permeiam todas as esferas da atividade humana. Há uma crescente conscientização no sentido de que o Estado realiza seus fins quando realiza os direitos humanos. A fiel observância destes últimos constitui uma responsabilidade que recai sobre todos, a começar pelos órgãos públicos, inclusive as forças armadas e policiais, integradas com a sociedade democrática.

Imbuída desse espírito, realizou-se há poucos dias, nos Estados Unidos, uma conferência pioneira e histórica, copatrocinada pelo Comando Sul (EUA) e pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH, sediado na Costa Rica), com ampla repercussão tanto naquele país como nos países latino-americanos e caribenhos, mas que passou quase despercebida dos meios de comunicação em nosso país. A conferência teve por objetivo central a promoção e capacitação em direitos humanos para forças armadas e policiais de todos os quadrantes do continente americano, representadas no mais alto nível.

Na etapa preparatória do evento, a direção do IIDH havia condicionado seu copatrocínio à presença e participação na conferência também de entidades humanitárias e de direitos humanos atuantes na região, o que foi prontamente aceito pelo comandante-chefe do Comando Sul, general Barry McCaffrey. Assim, nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro último, durante os trabalhos da conferência no Hotel Raddison, em Miami, sentaram-se lado a lado ministros de governo ou da Defesa, altas autoridades militares e policiais, e representantes das chancelarias de vários países do continente, assim, como representantes de algumas das principais entidades internacionais e nacionais de direi-

tos humanos, a exemplo da Anistia Internacional (Seção EUA), dentre outras tantas, além de eminentes expositores.

A conferência representou um verdadeiro encontro de dois mundos, propiciando um diálogo franco e mutuamente respeitoso. Também participaram do evento, solidarizando-se com o corajoso copatrocínio do IIDH, o Comitê International da Cruz Vermelha (que enviou, de Genebra, seu chefe para a América Latina e o Caribe, Francis Amar); o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), César Gaviria, e o representante do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, José Ayala Lasso. A realização desse cláve, que seria impensável há alguns anos, é sinal dos novos tempos. Marca o início de um novo processo nos regimes democráticos, de diálogo e ampla capacitação em direitos humanos para as forças de segurança (armadas e policiais), em todos os níveis e em todos os países do continente, a par da mais ampla difusão dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos nos países da região.

A conferência propugnou pela concepção da segurança da cidadania em um regime democrático, à luz da plena observância dos direitos humanos e do papel constitucional das forças armadas, com vistas à consolidação do Estado de Direito. No evento foi apresentado o primeiro CD-ROM sobre a matéria em nosso continente, preparado pelo IIDH, equivalente a uma verdadeira encyclopédia de 14 mil páginas contendo não só toda a normativa internacional (a começar pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, os dois Pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas, e as Convenções de Genebra sobre Direito Internacional Humanoitário e seus Protocolos Adicionais) como também a jurisprudên-

cia completa, até o presente, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, para uso nas academias militares e policiais de todo o continente.

A conferência salientou o importante papel da educação em direitos humanos (inclusive para a prevenção de potenciais violações destes últimos), e a responsabilidade compartilhada por civis, militares e policiais por assegurar a plena vigência dos direitos humanos, por serem estes consubstanciais com a própria concepção do Estado de Direito. Também se ressaltou a importância da despolitização dos direitos humanos, por constituírem estes um *modus vivendi* e serem dotados de valor universal. Buscou-se, assim, superar a intolerância e as recriminações vingativas pelo diálogo pluralista e a compreensão em torno da causa dos direitos humanos.

A conferência reafirmou a visão necessariamente integral de todos os direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais e culturais), e a necessidade de incorporação das normas internacionais de proteção nos ordenamentos jurídicos internos ou nacionais. Enfim, reconheceu a intangibilidade ou inderrogabilidade dos direitos humanos básicos ou fundamentais (direito à vida; direito a não ser submetido a tortura ou a tratamento cruel, desumano ou degradante; direito a não ser condenado mediante aplicação retroativa das penas), em quaisquer circunstâncias, em tempos tanto de paz como de conflitos armados. A conferência demonstrou que o histórico diálogo nela iniciado, hoje mais do que possível, é necessário, e deve manter-se aberto, franco e sincero, em benefício de todo ser humano.

João Claudio Todorov é reitor da Universidade de Brasília

Antonio Augusto Cançado Trindade é juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos e professor titular da UnB